Curso de Adaptação e Actualização de Conhecimentos em Direito de Macau da AAM

Exame de Direito Comercial
22/02/2014

I
(6 valores)

A, pretendendo retirar-se da vida activa, vende a **B** a sua fábrica de sapatos. A fábrica estava instalada num prédio arrendado a **C** e nela trabalhavam 20 trabalhadores, sendo **D** o advogado, em regime de avença, da fábrica. Dos livros de escrituração mercantil, resultam dívidas a credores vários no montante de 100.000 patacas e créditos de 70.000 patacas; sendo que, para além destes créditos, à data da transmissão, A tinha ainda um crédito de 100.000 patacas, sobre **E**, relativo à venda de 500 pares de sapatos e um crédito de 50.000 patacas sobre **F**, relativo à sua comissão pela venda dum apartamento deste. No contrato, as partes Excluíram da transmissão todos os computadores e máquinas de corte, pois **B** pretendia modernizar os respectivos equipamentos, bem como os contratos de trabalho. Estipularam também, por escrito, um pacto de não concorrência por seis anos.

a) O senhorio **C**, tendo tomado conhecimento de que, pelo contrato, foram excluídos da transmissão os computadores e as máquinas de corte, pretende resolver o contrato de arrendamento, com base nos art.°s 1047.° e 1034.°, al. F) Ccivil. Quid Iuris?
b) Tendo **B** pago aos credores as dívidas constantes dos livros de escrituração, pretende agora ser reembolsado por **A**, o qual se diz que nada tem de pagar a **B**, pois os credores liberaram-no das suas obrigações. Quid Iuris?
c) **A** cobrou directamente a **E** as 100.000 patacas e a **F** as 50.000 patacas. **B**, tendo tomado conhecimento, pretende que **A** lhe entregue as mencionadas quantias. Quid Iuris?
d) Que contratos é que se transmitem automaticamente para **B** com a venda da fábrica?
e) Passados cinco anos, **A** volta a fabricar sapatos. **B** pretende que **A** encerre a nova fábrica e seja condenado a apagar-lhe uma indemnização pelos prejuízos causados. Quid Iuris?

II
(6 valores)

A, B, C e D acordaram constituir uma sociedade por quotas, para explorar uma oficina de reparações de automóveis.

Em 15/4/09, outorgaram o respectivo contrato, constituindo a sociedade Rapid, Lda, sendo o capital de 50.000 patacas, dividido em 4 quotas iguais, e nomeando gerentes A e B, com poderes para obrigarem a sociedade com uma só assinatura. A sociedade foi registada em 30/04/09.

a) Em 20/4/09, C comprou, em nome da sociedade, a um importador um lote de peças sobressalentes por 100.000 patacas, a 60 dias.

Em 20/6/09, o importador exigiu o pagamento desta dívida, tendo-lhe sido respondido que o negócio não era válido por falta de registo da sociedade, à data da celebração do negócio, e da falta de poderes de C, consequentemente, a sociedade não era responsável. Quid Iuris? E se tivesse sido A a celebrar o contrato?

b) Nos estatutos da sociedade, nada ficou estipulado quanto à distribuição de lucros. Na assembleia geral anual, embora o assunto não constasse da ordem do dia, os sócios deliberaram, por unanimidade, a introdução de uma cláusula nos estatutos nos termos da qual,

os lucros anuais, depois de descontadas as verbas destinadas ao fundo de reserva legal, seriam integralmente distribuídos entre os sócios. D, tendo repensado a situação, pretende impugnar a deliberação, terá razão?

c) Em assembleia geral convocada para o efeito, os sócios deliberaram, com os votos favoráveis de B, C e D e contra de A, permitir à sociedade exigir prestações suplementares aos sócios até ao limite de 500.000 patacas. Mais tarde, em assembleia geral convocada especificamente para isso, a sociedade deliberou, com os votos de B e C, abstenção de D e contra de A, exigir aos sócios 200.000 patacas a título de prestações suplementares, na proporção das respectivas quotas, a realizar no prazo de 90 dias. O sócio não realizou a sua parte no prazo consagrado, e recusa-se a a fazê-lo, dizendo que havia votado contra ambas as deliberações. Quid Iuris?

d) Em finais de 2013, B, em representação da sociedade, adquiriu uma luxuosa embarcação de recreio e uma quota numa sociedade que se dedica à agricultura biológica. C, que quer "impugnar" estas aquisições, consulta-a(o). Que lhe responderia?

III

(4 valores)

1. A sociedade Parfums Asiatiques, SA, celebrou com Fong um contrato para a promoção da venda dos seus produtos em Macau e Hong Kong. Fong fez um excelente trabalho, mas por diversas vezes foi além dos seus poderes, contratando em nome de Parfums Asiatiques, SA e recebendo dinheiro dos clientes, o que nunca levantou problemas. Um dia, no entanto, recebeu HKD 100.000, 00 de um cliente e gastou tudo num Casino, tendo entregue um cartão comercial da Parfums Asiatiques, com o seu nome, como recibo. Agora a Parfums Asiatiques recusa-se a entregar os perfumes, alegando nunca ter recebido o preço. Quid juris?

2. Face ao comportamento de Fong referido em 1, a Parfums Asiatiques resolveu o contrato, continuando, no entanto, a beneficiar do bom trabalho de promoção desenvolvido por Fong. Este intenta uma acção nos tribunais de Macau na qual pede uma indemnização por todos os prejuízos causados pela resolução que considera ilegal e ainda uma indemnização pelo facto de a Parfums Asiatiques continuar a beneficiar do bom trabalho de promoção por si desenvolvido. Quid juris?

IV

(4 valores)

A, pretendendo construir um centro de convenções, lançou um concurso internacional, exigindo a todos os concorrentes, para garantia do respeito da proposta apresentada, a prestação de uma garantia, não susceptível de paralização por qualquer vício decorrente do contrato de empreitada, prestada por um banco do seu país. B, dirigiu-se ao banco C, no seu país, para que este diligenciasse no sentido da prestação da exigida garantia, o qual contactou D, no país do dono da empreitada, para que prestasse uma garantia a B, nos termos e condições constantes do concurso.

a) Poderá A transmitir para E a posição que lhe advém da garantia prestada por D? Justifique.

b) Suponha que A exigiu o pagamento da garantia, pode ele transmitir o direito ao crédito respectivo a E? Justifique.

c) Tendo-lhe sido exigido o pagamento da garantia, D pagou a A sem previamente avisar C e exigiu deste o respectivo pagamento, que foi efectuado. Suposto que B tinha alguma excepção contra A, pode agora recusar-se a pagar a C? Justifique.

opportunitybooks.com